



## RESPOSTA   IMPUGNA O

**TERMO:** Decisório

**ASSUNTO/FEITO:** Impugna o ao Edital – PREGÃO ELETRÔNICO N  PE-015/2024

**OBJETO:** AQUISI O DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (SECRETARIAS) DO MUNICÍPIO DE IRACEMA

**IMPUGNANTE:** M. K. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP

**IMPUGNANTE:** K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

### 1. INFORMAÇOES PRELIMINARES

O Município de Iracema, através das suas secret rias Municipais, assim como, o Pregoeiro municipal, vem responder aos pedidos de impugna o ao edital supra, interpostos pelas pessoas jurídicas **M. K. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n  31.499.939/0001-76 e **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n  21.971.041/0001-03, ao Edital PE-009/2024, com base no Artigo 164, da Lei n  14.133/2021 (Nova Lei de Licita es).

Art. 164. Qualquer pessoa   parte legítima para impugnar edital de licita o por irregularidade na aplica o desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Esclarece-se ainda, que as referidas impugna es não têm efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa a autoridade superior, tem a comissão de licita o nesta fase processual, todos os poderes para averigua o de quaisquer contesta es que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legisla o pertinente.

### 2. SÍNTESE DOS PEDIDOS



## **2.1 DA IMPUGNA O DA EMPRESA M. K. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**

A Impugnante alega, em suma, que tem interesse nos itens 05 e 06 do Lote 05, referente a **BALANÇA MÓVEL PORTÁTIL DIGITAL** e **BALANÇA MÓVEL DE BANHEIRO PORTÁTIL**, respectivamente, e em razão da disposi o do edital ser de menor preço por lote, inviabiliza e restringe sua participa o no certame, tendo em vista que não fabrica nem comercializa os demais itens do grupo (LOTE) por não fazerem parte de seu objeto social(!)

Aduz que, por ser fabricante do item que lhe interessa, possibilita ofertar preço bem inferior do que uma revenda ou comerciante, sendo assim o procedimento deve ser realizado por menor preço por item, ampliando o caráter de competi o possibilitando com isso sua participa o.

Aduz que tal método de julgamento, contrapõe os Princípios da igualdade e da competitividade de maneira frontal, pois esta prática não se traduz na obten o da proposta mais vantajosa para a Administra o.

Por fim, pleiteia que seja feito o desmembramento dos lotes, para o fim de promover a aquisi o dos produtos por item.

## **2.2 DA IMPUGNA O DA EMPRESA K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**

A Impugnante aduz, em suma, que ao elaborar o descritivo e requisitos **LOTE 5: ITENS 05, 06** constantes do edital, referente a **BALANÇA MÓVEL PORTÁTIL DIGITAL** e **BALANÇA MÓVEL DE BANHEIRO PORTÁTIL**, respectivamente, a administra o pública deixou de consignar **EXIGÊNCIA DE CERTIFICA O DA BALANÇA NO INMETRO (Selo INMETRO)**, bem como atribuiu **VALOR DE REFERENCIA INEXEQUIVEL**, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei não 14.133/21.

Quanto a **EXIGÊNCIA DE CERTIFICA O DA BALANÇA NO INMETRO (Selo INMETRO)** dos referidos itens, argumenta que as especifica es estabelecidas no edital “teoricamente” traduzem uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgão público não pode utilizar-se de tal produto que   restrito a uso doméstico e residencial, sendo exigência do INMETRO que as balanças adquiridas no Brasil possuam sua aprova o pois   requisito obrigatório para instrumentos de pesagem.

Quanto a alegação de que o VALOR DE REFERENCIA INEXEQUIVEL, argumenta que os valores dispostos no edital em liça, não reflete a realidade quando o preço ofertado não foi formulado com base nos requisitos reais de mercado, devendo a especificação e estimativa de preços apresentada pela Administração Pública, corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

Apresenta modelos de balanças de marcas que possuem preços anunciados na rede mundial de computadores, informando que uma grande disparidade entre aqueles declarados no edital e aqueles comercializados com certificação junto ao INMETRO.

Assim, pleiteia a alteração no descritivo dos itens 05 e 06, do Lote 05, para incluir nos equipamentos de medição (balanças) a exigência de certificação de aprovação pelo INMETRO, bem como seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível (conforme valor de mercado), com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO.

### **3. DECISÃO – PREJUDICIAL DE MÉRITO**

Inicialmente, cumpre-nos salientar que o Município de Iracema iniciou o procedimento licitatório, porque havia uma demanda expressiva por serviços públicos que necessitam dos produtos licitados.

Ocorre que diante de atos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório na forma em que foi divulgada.

Desta feita, diante da impossibilidade do prosseguimento do feito, pelos fundamentos já expostos, a revogação do certame é uma possibilidade que assiste ao Ordenador responsável, no exercício do autotutela, que impõe à Administração Pública, anular e/ou corrigir, qualquer irregularidade, sempre que tiver conhecimento, para fins de resguardar o interesse público, prevenir danos erário público e assegurar efetividade ao cumprimento da legalidade.

Com efeito, é cediço que a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

*[Assinatura]*

Tais deveres-poderes estão legalmente previstos no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

“**Art. 71.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I – determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**II – revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;**

III – proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV – adjudicar o objeto e homologar a licitação.”

Para tanto, salutar frisar, a rigor, na invalidação como na revogação, é necessário instaurar processo administrativo em que assegure aos atingidos pela decisão a oportunidade de se manifestar a respeito. Neste sentido, é que o art. 71 § 3º da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos prevê que, em caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473/STF:

*“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”*

Esse também é o posicionamento do TCU:

*“Em qualquer dos casos de revogação ou anulação deve constar do processo a devida motivação, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos da decisão. Nas hipóteses de desfazimento do processo licitatório, por revogação ou anulação, assegura-se ao licitante vistas dos autos, direito ao contraditório e à ampla defesa. Ato de revogar a licitação pode ser praticado a qualquer momento. É privativo da Administração. Sem prejuízo das determinações cabíveis, considera-se prejudicada a representação que versa sobre falhas apontadas em concorrência ante a perda de seu objeto, devido à declaração de sua*



revogação pela Administração licitante.” (TCU, Acórdão nº 889/2007, Plenário). (grifo nosso).


Ato contínuo, ante a anulação/revogação do Edital de Pregão eletrônico em comento, tem-se que as impugnações das empresas **M. K. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP** e **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**, restam prejudicadas, por perda do objeto, motivo pelo qual não foi analisada por esta Comissão de Licitação.

Portanto, considerando a discricionariedade da administração em rever ou anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos (Súmula 473/STF), decide cancelar o Edital Pregão Eletrônico nº 015/2024.

#### IV – CONCLUSÃO

Com a devida vênia, em face de todos os esclarecimentos prestados, com o devido embasamento fático, documental e de direito, tendo em vista as orientações e fundamentos acima, o Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Iracema, **NÃO** conhece das impugnações apresentadas pelas empresas citadas alhures, em **razão da perda do objeto**, julgando-as **extintas sem resolução do mérito**.

Iracema/CE, 09 de agosto 2024.

  
Francisco das Chagas Cavalcante Fernandes  
Pregoeiro